

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

HELIDA KARLA DOS SANTOS DIAS

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
REVISÃO INTEGRATIVA**

BENJAMIN CONSTANT/AM

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
REVISÃO INTEGRATIVA

Monografia apresentada ao Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

BENJAMIN CONSTANT/AM
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dias, Héli da Karla dos Santos
D541e Evasão escolar na educação de jovens e adultos - revisão integrativa / Héli da Karla dos Santos Dias . 2023
49 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Daniel Cerdeira de Souza
TCC de Graduação (Pedagogia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Evasão escolar . 2. Educação Jovens e adultos . 3. Educação .
4. Revisão integrativa . I. Souza, Daniel Cerdeira de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família, a Deus por permitir concluir esta longa caminhada, e principalmente a minha querida e amada filha por ser meu incentivo e minha maior força. Dedico também a todos que me apoiaram e ajudaram de forma direta e indireta nesta trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **DEUS** por me proporcionar saúde, sabedoria e disposição para realizar este trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pelas pessoas em que tive o privilégio em conhecer durante todo esse processo.

A todos os meus professores que estiveram comigo durante toda a caminhada, em especial ao meu Orientador **Daniel Cerdeira** que me deu um norte na definição desta tão importante temática e principalmente pelas excelentes orientações para que pudesse concluir esta monografia.

Agradeço a todos os meus familiares, aos meus avós que são responsáveis pela minha permanência dentro desta instituição de ensino UFAM, pela educação e valores a mim repassados.

A minha filha amada **Melinda Eduarda** por ser minha força diária e ser meu incentivo nos momentos de fraqueza em que pensei em desistir. Ao meu esposo **Klisman Eduardo** pelo companheirismo, suporte e ajuda a mim concedido, disponibilização de tempo, atenção e compreensão nos momentos difíceis.

De modo geral só tenho a agradecer cada um dos meus colegas que caminharam junto comigo durante todos esses anos. Obrigado.

EPÍGRAFE

“Tudo que vale ser feito, vale ser bem feito”

Baden Powell

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	13
2.1 Geral:	13
2.2 Específicos:	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 A história da EJA no Brasil;	14
3.2 Legislações da EJA no Brasil	17
3.3 Professores da EJA	19
3.4 Desafios da EJA no Brasil	21
3.5 Desafios da EJA no Amazonas	24
4 METODOLOGIA	26
5 RESULTADOS E DISCURSSÕES	32
5.1 Fatores que influenciam a Evasão na modalidade da EJA	32
5.2 Dificuldades e desafios: O trabalho como fator determinante para o retorno ou evasão escolar?	34
5.3 A Permanência dos alunos na EJA	35
5.4 Os sujeitos da EJA: Desigualdade de gênero e práticas pedagógicas.....	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
7 REFERÊNCIAS	42

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que tem como público-alvo aqueles que por algum motivo ou razão não concluíram os estudos na idade e no período considerado regular. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2012-2023 sobre os fatores relacionados a evasão escolar na educação de jovens e adultos. A metodologia consistiu em uma revisão integrativa aprofundada de 27 artigos coletados no Portal Periódicos Capes, que foram analisados a partir da elaboração de protocolos com as principais informações sobre cada artigo, identificando os principais fatores que influenciam no elevado índice desse fenômeno e após, os dados foram submetidos ao procedimento de análise de conteúdo. Como resultados, a pesquisa possibilitou a construção de quatro categorias que foram criadas a partir dos pontos mais relevantes, onde passamos por temas como: Os fatores que influenciam a Evasão na modalidade da EJA citando as principais causas baseadas nos artigos, as dificuldades e os desafios, uma reflexão do trabalho como fator determinante para o retorno ou evasão escolar; a permanência dos alunos na EJA, compreendendo quais fatores motivam a permanência na escola, e por último foi abordado sobre os sujeitos da EJA de que forma a desigualdade de gênero e práticas pedagógicas influenciam neste cenário. Através dos resultados adquiridos concluímos que, para acabar de vez com este problema ainda requer muito estudo e políticas que atendam esse público de forma eficaz, observa-se que o problema não está ligado apenas em uma única causa, pois a EJA deve ser uma modalidade que integre vários outros setores, como isso é uma junção de fatores que influenciam na evasão escolar, denominados internos e externos a escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Evasão escolar.

Abstract

Youth and Adult Education (YAE) is a teaching modality whose target audience is those who, for some reason or reason, did not complete their studies at the age and period considered regular. Therefore, this research aimed to analyze the literature published in the format of scientific articles between 2012-2023 on factors related to school dropout in youth and adult education. The methodology consisted of an in-depth integrative review of these twenty-seven articles collected in the Portal Periódicos Capes, which were analyzed based on the elaboration of protocols with the main information about each article, identifying the main factors that influence the high rate of this phenomenon and after, the data were submitted to the content analysis procedure. As a result, the research enabled the construction of four categories that were created from the most relevant points, where we went through topics such as: The factors that influence Evasion in the YAE modality, citing the main causes based on the articles, the difficulties and challenges , a reflection on work as a determining factor for returning or dropping out of school; The permanence of students in YAE, understanding which factors motivate their permanence in school, and finally, it was approached about the subjects of YAE in which way gender inequality and pedagogical practices influence this scenario. Through the acquired results, we conclude that, to end this problem once and for all, it still requires a lot of study and policies that serve this public effectively, it is observed that the problem is not linked only to a single cause, but to a combination of factors that influence school dropout, called internal and external to school.

Keywords: Youth and Adult Education, School dropout; Education; School Evasion.

1.INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultante de uma pesquisa de uma revisão de literatura através de artigos científicos que tratam a respeito das causas da evasão escolar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando a visão dos alunos, professores, e gestores sobre a problemática em questão, compreendendo o perfil dos alunos e suas particularidades.

A EJA foi instituída legalmente no Brasil no ano de 1996, aprovada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/96, na qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas de ensino Fundamental e Médio de uma especificidade própria. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), 1996, em seu artigo 37, garante que a EJA será destinada a jovens e adultos que por alguma razão não puderam ou não tiveram a oportunidade de concluir os estudos no período considerado ideal, e tem por finalidade assegurar o acesso à educação a esse público trabalhador, porém a permanência desses alunos na escola ainda é um grande desafio para as instituições de ensino do país.

E de acordo com a Constituição Federal de 1988 Art. 205, a educação, é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, garante a obrigatoriedade da educação básica e gratuita nas instituições de ensino para jovens e adultos.

O motivo da escolha deste tema foi através dos estágios realizados no turno noturno na Escola Municipal Professora Jociedes Andrade em Tabatinga (AM) na modalidade da EJA, onde foi possível observar o alto índice de abandonos e desistências registrados no decorrer do ano letivo, onde alunos que por alguma razão abandonaram os estudos e não retornaram no ano seguinte.

Através desta revisão integrativa poderá ajudar na compreensão deste problema, auxiliando no resgate desses alunos, pois a EJA dá a oportunidade para aqueles que desejam retornar e concluir os estudos, porém todavia, tem seus pontos negativos que assolam as instituições de ensino, referindo-se a evasão escolar que ocorre com frequência e atinge um grau elevado no número de alunos evadidos.

Segundo Cunha (1999), no Brasil Colônia, a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrinação religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional, ou seja, com a chegada dos Jesuítas no período de colonização, e dos portugueses

ao Brasil na tentativa de impor os valores da sociedade portuguesa, tinham como objetivo ensinar a ler e escrever para a difusão do evangelho (catequização) dos indígenas e posteriormente dos escravos.

Para Paulo Freire (1987) a não alfabetização era consequência de uma sociedade injusta e não igualitária, que os considerava marginalizados e excluídos socialmente, principalmente da vida política. O autor era contra a educação denominada por ele bancária e a favor de uma educação dialógica e esteve presente nas principais mobilizações a favor da alfabetização mediante a discussão da experiência de vida, voltadas para a realidade do aluno, possibilitando a compreensão de sua visão de mundo.

A partir daí surgiu então uma nova prática pedagógica para a alfabetização baseada nas teorias de Paulo Freire, a pedagogia Freiriana que se diferenciava das demais por ligar educação/alfabetização com a problemática social, que era comprometida com a educação de massa/popular. Portanto, a EJA deveria auxiliar na transformação da realidade social do aluno, mas atualmente ainda enfrenta problemas e preconceitos que interfere no sucesso desta modalidade.

Segundo Soares (2006) seria impossível pensar em erradicação do analfabetismo sem reformas no sistema de ensino, que é também excludente. Excludente porque produz novos contingentes de jovens analfabetos ou aqueles que são caracterizados por uma escolaridade insatisfatória. Por isso, o maior problema não é, basicamente, o acesso, mas a permanência na escola, uma vez que, após sucessivos fracassos, o aluno a abandona.

Sabemos que trabalhar com Jovens e Adultos é totalmente diferente do que trabalhar com crianças e adolescentes, pois existem características distintas e a prática docente faz toda a diferença nesse processo, pois requer habilidades específicas, segundo Álvaro (1909); é evidente que os problemas pedagógicos (a matéria a ensinar, os currículos, os métodos) correspondentes a cada faixa etária são distintos. Por isso a alfabetização do adulto é um processo pedagógico qualitativamente distinto da infantil (a não ser assim, cairíamos no erro da infantilização do adulto). Levando em consideração não apenas os conteúdos ou os métodos e sim os motivos e interesses que a sociedade tem quando educa a criança ou o adulto”.

De acordo com o planejamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o trabalho anual das instituições escolares, as rotinas e o eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação das desigualdades, para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições de ensino devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. Com relação a EJA

torna-se fundamental esse olhar diferenciado, pois essa modalidade atende um público que possuem características distintas e que trazem consigo uma bagagem de saberes e experiências adquiridas durante o decorrer de suas vidas.

Apesar que, os dados demonstrados por Jarliane da Silva e Carmen Pineda 2022, revela que a faixa etária que compõe a EJA estar cada vez mais jovem entre 16 a 20 anos, e com esse resultado requer novos planejamentos, novas metodologias, novos métodos de ensinar, considerando a importância da formação do professor para essa realidade da EJA no contexto atual.

Destaca também as dificuldades já existentes na modalidade, principalmente em tempos de pandemia que no período de isolamento social houve a questão do ensino remoto que acarretava em outra dificuldade a ser enfrentada, a falta de conectividade a internet, dificultando ainda mais o acesso a escola, para esta modalidade, limitava-se apenas em atividades impressas para fazer em casa, ressaltando o peso da desigualdade e exclusão digital que compromete ainda mais o ensino da EJA no Alto Solimões.

No entanto, por residir no Município de Tabatinga e ter realizado cerca de quase todos os estágios neste município na tentativa de compreender a realidade da evasão escolar e o percentual em que afeta o sistema de ensino da cidade de Tabatinga, foram coletados os dados na SEMED no Censo Escolar da Secretaria Municipal de Tabatinga-AM de 2022, o quantitativo de alunos matriculados na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos se equivalia a 1.020 alunos no ensino fundamental, sendo 610 na zona rural e 410 na área urbana, desse total 814 foram aprovados, 38 reprovados e 149 alunos deixaram de frequentar as aulas durante o ano letivo, uma porcentagem positiva diante do cenário de estudantes evadidos que a EJA apresenta em seu contexto histórico.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral: Analisar a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2012-2023 sobre os fatores relacionados a evasão escolar na educação de jovens e adultos.

2.2 Específicos:

Conhecer os fatores sociais relacionados a evasão escolar na EJA discutidos na literatura;

Discutir quais os principais desafios da educação de jovens e adultos;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A história da EJA no Brasil;

Em uma abordagem dos principais marcos históricos da EJA no Brasil, faz-se necessário agregar a construção dos valores, pois as primeiras iniciativas em EJA nasceram juntamente com o ensino elementar comum através da educação jesuíta voltada para a colonização dos indígenas. Aqui entrelaçamos alguns marcos da EJA, apesar que ainda existem outros marcos, apontamos neste trabalho apenas alguns deles.

Neste contexto, a história da EJA desde o período colonial no Brasil, datam seus primeiros registros, com a chegada dos padres jesuítas ao Brasil, em 1549. Acerca do modo de ensino, naquele período, as ações feitas pelos jesuítas caracterizavam-se por apresentar uma intenção religiosa, de modo que o objetivo de catequizar os indígenas estavam voltados para o ensinamento de como deveriam viver naquela época. As ações educativas realizadas pelos jesuítas tinham caráter religioso, objetivando catequizar os indígenas que aqui viviam e ensiná-los como se comportar “civilizadamente” (MARQUEZ; GODOY, 2020). Sucessivamente em 1824, foi criada a primeira Constituição Brasileira, que garantia a “todos os cidadãos”, direito à instrução primária, porém esta oferta destinava-se apenas aos integrantes da elite econômica, que representava uma pequena parcela da população, onde excluía do direito a instrução primária, os indígenas, negros e mulheres (CUNHA, 1999). Neste período imperial, apenas uma parcela da população possuía cidadania, e a responsabilidade de oferta da educação ficou por conta das Províncias, que não podiam cumprir tal função, devido aos poucos recursos para manter a educação, permanecendo então sob responsabilidade do governo imperial (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A reforma eleitoral de 1881, nominada Lei Saraiva cortou drasticamente os direitos políticos do Brasil principalmente excluindo o voto da população analfabeta. Em 1854 surgiu então, a primeira Escola Noturna no Brasil, cujo intuito era de alfabetizar os trabalhadores analfabetos, onde expandiu-se muito rapidamente. A educação nesse período tinha caráter filantrópico e baseava-se na premissa de que os sujeitos que não detinham o conhecimento da linguagem escrita eram seres inferiores, incapazes e degenerados. Na Constituição de 1934, o ensino primário apresentou um grande avanço em relação à Constituição anterior, vinculando o direito à educação ao princípio da gratuidade e da obrigatoriedade. Contudo, esse direito deveria ser delineado pelo Plano Nacional de Educação que não chegou a ser votado, em decorrência do

regime que instituiu o Estado Novo e deu início a Era Vargas, em 1937 (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Ao final da década de 50 e início da década de 60, iniciou-se, o Brasil voltou-se para uma intensa mobilização da sociedade civil em torno das reformas de base, o que contribuiu para a mudança das iniciativas públicas de educação de adultos. Essa mobilização despertou e conscientizou a população para a valorização de uma educação voltada para a questão do problema do analfabetismo, a qual foi seguida de uma consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, o principal influenciador foi Paulo Freire. Outras mobilizações sociais advindas dos órgãos religiosos contribuíram para a emancipação dos movimentos sociais em prol da EJA no Brasil (SOARES,1996).

O período 1954-1958 representa um marco histórico na EJA, a qual se iniciou a evolução para a “Educação Popular” quando essa modalidade de ensino sofreu seu primeiro ataque frontal no 1º de abril de 1964, no golpe de poder e de classe, contra - revolucionários, que colocou uma elite militar na direção do Brasil. Em 1961, Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes; Movimento de Educação de Base (MEB), uma proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovada pelo governo em 1961 cujo financiamento foi assegurado pelo MEC e outros órgãos da administração federal. Teve como principal objetivo a alfabetização do “homem rural” sem se limitar ao simples ato de ensinar a ler e escrever, mas, sobretudo, proporcionar-lhe possibilidades de reflexão e discussão de seus problemas como pessoa e como elemento integrante de um grupo, incentivando-o na busca de alternativas de soluções coletivas; Campanha “De Pé no Chão também se aprende a Ler”; Em 1962, Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR); Em 1963, Aprovação do Plano Nacional de Alfabetização (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Importante ressaltar que antes de Paulo Freire ser preso e exilado, em princípios de 1963 pôs em prática pela primeira vez o método de alfabetização de adultos em uma cidade do Sertão do Rio Grande do Norte, onde alfabetizou 300 pessoas em 40 horas, nascendo a experiência de educação popular fora da escola, ganhando grande visibilidade nacional e internacional.

Em 1964 a proposta pedagógica de Paulo Freire foi embargada através da privatização da educação brasileira, de modo que houve uma privatização nas Universidades e o início de uma estagnação, em que qualquer movimento de luta por direitos era considerado contra o governo. Nessa linha de pensamento, todas as atitudes reconhecidas como afrontosas ao governo seriam seriamente punidas, como foi o caso de proibir a utilização das propostas de Freire, porque a

compreensão era que elas contribuíam para alavancar o entendimento das pessoas, aumentando seu poder de percepção sobre as normas e regimentos do governo (SILVA et al. 2019).

Com a necessidade de diminuir o número de analfabetos no Brasil, devido a pressões dos países desenvolvidos, é criado em 15 de dezembro de 1967, o MOBRAL, pela Lei 5.379, sendo essa a primeira iniciativa do governo militar na educação de pessoas jovens e adultas. Em 1969, o MOBRAL passa por uma reformulação e começa uma campanha de alfabetização em massa para atender e acalmar as solicitações populares. (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

Posteriormente entre 1972 e 1976, o projeto MOBRAL foi um marco de uma expansão que firmou convênios com as Secretarias de Educação onde o acompanhamento e a emissão dos certificados de conclusão ficavam a cargo destas. Em 1977 passou por um processo de revitalização, onde foram realizados estudos para implantação do Plano de Metas, onde o foco seria o acompanhamento nos municípios que tivessem muitas classes. Apresentava sete objetivos gerais e dois específicos. Os objetivos gerais se resumiam em que o alfabetizando tivesse mais autoconfiança e soubesse utilizar o conhecimento adquirido no cotidiano. Os objetivos específicos visavam o ensino básico obtido nas primeiras séries do ensino básico (PAIVA, 1983). Em 1985, o MOBRAL, é substituído pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR.

Em 1990, é criado o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, ampliando a distância entre o Estado e a Educação de Jovens e Adultos. Apesar que essas campanhas foram passageiras, tiveram grande efeitos para a educação da EJA. Em 1994, é concluído o Plano Decenal de Educação de Educação com a intenção de o país ter prioridade aos créditos internacionais, visto que fazia parte dos nove países com maior índice de analfabetismo do planeta. Esse plano fixou metas para a progressão no ensino fundamental de analfabetos e jovens e adultos com baixa escolaridade, sendo este plano deixado de lado no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a justificativa de implantar uma reforma político-institucional na educação (KELLER; BECKER, 2020).

O PAS surgiu em 1997, com o objetivo de diminuir o índice de analfabetismo e desencadear um movimento de solidariedade em todo país, tendo maior dificuldade a não continuidade do processo educacional de seus alunos. O PRONERA iniciado em 1998, foi criado com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores rurais assentados, na condição de analfabetos absolutos. O período 1994 -1998 é caracterizado pela divulgação da mídia para as campanhas educativas. Pode-se dizer que nessa época a imagem, a propaganda substituiu as práticas reais de educação,

sobretudo da modalidade de Educação Popular que é substituída pela entrega de certificados. (SAUNER, 2002).

3.2 Legislações da EJA no Brasil

No que se refere as legislações da EJA no Brasil, em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB 5.692/71) ganha um capítulo específico, a qual regulamenta o Ensino Supletivo, com intuito de contemplar os jovens adultos como proposta de reposição de escolaridade, visando oferecer o aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização. Esta lei limitou o dever do Estado à faixa etária dos 7 aos 14 anos, mas reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania, o que pode ser considerado um avanço para a área da EJA no país (OSCHIE, 1966).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Estado amplia o seu dever com a EJA. De acordo com o artigo 208 da Constituição de 1988 “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (MACHADO, 2013). A Constituição de 1988 foi, então, o resultado do processo de democratização da sociedade brasileira após os vinte anos de ditadura militar, reconhecendo, assim, novos direitos e contemplando novos processos de democratização do poder público (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 121).

Em 1994, houve a articulação em torno da LDB, que reafirmou a institucionalização da modalidade EJA substituindo a denominação Ensino Supletivo, que de acordo com a Lei 9.394/96, em seu artigo 38 faz referência aos cursos e exames supletivos e, assim, continua a ideia da suplência, de compensação e de correção de escolaridade. A redução das idades mínimas de 18 para 15 anos para o ensino fundamental e de 21 para 18 anos para o ensino médio (MACHADO, 2013). No artigo 37, destaca-se o compromisso do poder público com a garantia do atendimento integrado aos alunos, com ênfase no aluno trabalhador que em geral frequenta as salas de aula de Educação de Jovens e Adultos. “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (LDB, 1996, p. 20).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, garante igualdade de acesso e permanência na escola e ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar. Garante ainda, Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade

própria. O antigo ensino supletivo passou a se chamar Educação de Jovens e Adultos – EJA, e ganhou um sentido mais amplo, preparar e inserir/reinserir o aluno no mercado de trabalho. Na década de 90, a educação deixou de ser um ensino voltado para o tradicionalismo, fazendo com que os educadores buscassem novas propostas de ensino, com o intuito de ajudar no crescimento do aluno, para um ensino mais qualificado (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Neste mesmo ano, é aprovado o Parecer CNE/CEB 11/2000, que se ocupa das diretrizes da EJA e descreve essa modalidade de ensino por suas funções: reparadora, pela restauração de um direito negado; equalizadora, de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade na forma pela qual se distribuem os bens sociais; e qualificadora, no sentido de atualização de conhecimentos por toda a vida (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mesmo sinalizou com iniciativas para as Políticas Públicas da EJA. Neste mesmo ano é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), passando as responsabilidades da União na Educação de Jovens e Adultos para o MEC, que compreendeu que a sua atuação na EJA é fundamental para auxiliar os governos locais a buscar soluções para atenderem as atribuições educacionais. Em 2003, também foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, dando diretrizes e metas (MACHADO, 2013). Em 2005, é lançado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, o PROJOVEM. Destinado para jovens maiores de 18 anos, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Já em 2006, cria-se o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (MACHADO, 2013).

Entre os anos de 2008 a 2011, o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar ofertou formação continuada, orientado para a formação de professores. Foram disponibilizados cursos de especialização nas seguintes áreas: Educação Especial; Educação Ambiental; Educação em Direitos Humanos; Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Educação Indígena; Educação Quilombola e Educação para Juventude (MACHADO, 2013).

Em 2010, foi organizada a oferta dos cursos de EJA que estaria em curso nas escolas estaduais da região metropolitana de São Paulo. Tal processo resultou no fechamento de escolas e na redução da oferta, sobretudo no nível médio desta modalidade, sendo utilizado o mecanismo de “nucleação” para tal redução. No mesmo ano houve uma pequena elevação no percentual dos recursos do FUNDEB direcionados para o EJA, além de um desmembramento em dois grupos:

Educação de Jovens e Adultos com avaliação no processo, passou de 0,7 para o fator de 0,8; e a Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional de nível médio, com avaliação no processo, passou de 0,7 para o fator de 1,0 (MACHADO, 2013).

Nesta perspectiva, o primeiro documento legal que a escola deve conhecer sobre a EJA é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9.394/96). Essa Lei, em seu art. 37, contempla a EJA como modalidade da Educação Básica, e enfatiza sua identidade própria, determinando que a EJA é destinada “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. O 1º parágrafo deste mesmo artigo destaca que a EJA deve proporcionar oportunidades educacionais apropriadas, sempre considerando as características do educando, os seus interesses e suas condições de vida e de trabalho (BRASIL, 1996).

3.3 Professores da EJA

Os professores na EJA desempenham um importante papel na vida dos estudantes público-alvo dessa modalidade de ensino, mas para que ocorra uma educação eficaz, faz-se necessário que seja um ensino de qualidade com intuito de manter este público no ambiente escolar para isso é necessário que o professor tenha um perfil diferenciado voltado para esta modalidade para que não ocorra o risco da infantilização da EJA. Assim os educadores que atuam na modalidade da EJA devem exercer sua prática com grande responsabilidade, para que suas aulas possam se tornar interessantes, mas para isso, faz-se necessário conhecer e compreender as histórias de vida dos sujeitos, os saberes e as experiências vivenciadas pelos educandos, para então planejar e elaborar seu trabalho docente (FERNANDES; GOMES, 2023).

A mediação entre professor e aluno é essencial para que o ocorra o processo de ensino aprendizagem, cujo intuito deve correr através de uma prática emancipadora para que o educando tenha oportunidades de permanecer no ambiente escolar e assim as oportunidades sejam valorizadas de modo que alcancem bom êxito nos seus estudos, mas para isso o professor deve ter uma formação continuada eficiente para atender este público-alvo da EJA. (BARBOSA, 2004)

O educador da EJA tem como condição a reflexão constante de sua prática pedagógica, buscando sempre ampliar seus conhecimentos e metodologias acerca do processo para que sejam refletidos na qualidade do processo de aprendizagem dos alunos (FERNANDES; GOMES, 2023). Dentro desse contexto, o educador da EJA deve propor um ensino que almeje

resgatar a cidadania do indivíduo, bem como sua autoestima e o interesse de participar da sociedade, a partir da promoção de situações que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo (SIMONE; QUEIROZ, 2014).

Na educação, as ações das práticas pedagógicas visam proporcionar o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, neste intuito a EJA busca formar sujeitos com habilidades, competências, criatividade, autonomia e flexibilidade capazes de ajustar-se ao contexto produtivo de acordo com as mudanças contínuas desse contexto. Neste sentido cabe aos educadores, tomar como base a necessidade de construção do conhecimento, formar indivíduo, não somente para responder as urgências da sociedade do presente, mas possibilitar a apreensão de um conjunto de saberes que assegure a participação ativa dos jovens e adultos. (SANTOS, 2008).

Tardif (2014) demonstra a importância do saber dos professores, sendo essencial compreender a importância da adequação da prática pedagógica e dos currículos aos saberes dos alunos. Sendo assim, uma prática pedagógica de qualidade deve ser dinâmica, prazerosa, inovadora, significativa, que faça diferença na aprendizagem do aluno. Para isso, o professor precisa saber valorizar a experiência que o aluno traz do mundo.

Piaget (1983) verificou que o aluno desenvolve espontaneamente os conceitos de espaço, tempo, velocidade, densidade e outros. As suas experiências serviram de base para estruturar o desenvolvimento lógico da criança. Desta forma muitos alunos que ingressam no estudo formal, apresentam uma bagagem de conhecimento acadêmico. Estes conhecimentos por muito que não sejam completamente formais e específicos, apresentam uma natureza filosófica da gênese da natureza do conhecimento. Isso, o professor da EJA deve levar o educando a sentir-se em um ambiente agradável a qual deve proporcionar o fortalecimento da autoimagem desses sujeitos que por tantas vezes se sentem desvalorizados.

Freire (1997) diz que essa desvalorização muitas vezes isso acontece por questões que afetam os menos favorecidos e que acaba influenciando no seu futuro e profissional e como cidadão crítico pensante. Neste sentido no âmbito escolar, as práticas pedagógicas devem contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e para o exercício da cidadania, além de proporcionar a prática do raciocínio lógico, através de uma contextualização do cotidiano com as experiências vividas. Além disso, o ensino deve conceder a garantia do processo de valorização do homem, garantindo-lhes os direitos humanos, sua plenitude individual e social, contribuindo para o fortalecimento da identidade pessoal.

Assim, para que a função educativa da escola aconteça, é necessário que o professor e o corpo coletivo da escola estejam capacitados para entender a ampla realidade dos sujeitos e assim desenvolver, aprofundar e ampliar o conhecimento. Para tanto, o professor tem que ter autoria, autonomia e meios de aperfeiçoar a sua capacidade de analisar e interpretar a realidade (FRIGOTTO, 1995). O educador deve ter o comprometimento de usar metodologias que possam atrair seus alunos, para que ele se sinta atraído e tenha prazer nas atividades desenvolvidas em sala de aula, para que isso ocorra o educador deve conhecer seus alunos, além de dominar a matéria.

Pelo conceito de educação bancária formulada por Freire (1986, p.38) “o educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador”. Fugindo dessa perspectiva, o professor deve ter a atitude de poder fazer do aluno, um indivíduo crítico e indagador, para juntos, dentro do espaço escolar, poder gerar diálogos que contribuam com o processo de ensino da leitura e da escrita, sempre levando em consideração que ambos podem aprender durante o câmbio de opiniões e ideias surgidos durante os debates dentro da sala de aula.

Neste sentido, a organização curricular deve permitir o relacionamento do todo com as partes, de forma complementar e interdisciplinar. Os conhecimentos curriculares conectados aos eixos temáticos são pontos de referências básicos para a organização das aulas, contudo o projeto prevê que o educador tem autonomia e flexibilidade para alterar e/ou extrapolar os conhecimentos curriculares previamente definidos, considerando as realidades específicas dos educandos, com a intenção clara de fortalecimento e construção da identidade dos indivíduos-educandos (RODRIGUES, 2018).

3.4 Desafios da EJA no Brasil

Concernente aos desafios da EJA no Brasil, torna-se essencial enfatizar que quando o educador exerce sua tarefa, deve ser consciente que educar consiste em vivenciar desafios pertinentes e que devem ser oferecidas estratégias que visem amenizar os problemas advindos deste público-alvo. De acordo com levantamento divulgado pela Unesco no ano de 2014, o Brasil possui a oitava maior população de adultos analfabetos. São cerca de 14 milhões de pessoas. (UNESCO, 2014).

No que se refere aos desafios da EJA no Brasil principalmente desde a implantação desta modalidade, diversos estudos têm discutido sobre as taxas de analfabetismo no Brasil, que de

acordo com os dados obtidos pelo IBGE, ainda são alarmantes e vem causando inúmeras dificuldades e desafios tanto para o setor educacional, quanto para os setores políticos, econômicos e sociais. O que chama a atenção das políticas e programas de erradicação do analfabetismo no Brasil (IBGE, 2010).

Isso significa que o desafio de promover a melhoria da qualidade da Educação Básica, com elevação da oferta dos índices de aprendizagem e permanência dos alunos na escola, depende, em grande medida, da competência dos Estados e Municípios na condução e gerenciamento das mudanças necessárias, a partir dos últimos ordenamentos legais e diretrizes do Plano Nacional de Educação. A esse respeito, Miranda e Pereira (2018) elucidam que ressignificar o currículo da EJA não é uma tarefa fácil. Necessita desenvolver a sensibilidade e a internalização da proposta pedagógica para essa modalidade, conhecer seus sujeitos, conhecer sobre o processo de aprendizagens desses alunos, suas histórias de vida e educacional.

Moura (2018) enfatiza que, talvez um dos caminhos seria trabalhar com um currículo que não evidenciasse tanto as práticas pedagógicas tradicionais. É necessário problematizar outras práticas que objetivem equipar as subjetividades da EJA com discursos que dediquem uma atenção especial às dimensões pessoais dos alunos e os preparem para um trabalho sobre si, para o autogoverno, para uma relação consigo mesmo. Nesta concepção, os principais desafios devem ser enfrentados através da implantação de práticas pedagógicas voltadas para estratégias que visem minimizar o índice de evasão escolar, de modo que essa problemática seja combatida através de ações de políticas públicas no sistema de ensino brasileiro.

Arroyo (1997) destaca acerca da preparação do ambiente escolar, que deve ser um ambiente que receba os alunos e forme jovens adultos em cidadãos críticos de sua realidade voltados para o olhar da educação através do apoio de professores dinâmicos, responsáveis, críticos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador. Segundo Batista (2021), o jovem ou adulto que se encontra fora da sala de aula, quando ingressa na escola, tem como anseio a melhoria de suas condições de vida, e é nesse momento que o mesmo precisa encontrar um ambiente acolhedor dentro da escola, e que o estimule a querer retornar para a unidade escolar. Contudo, o que se entende é que muitos alunos que se matriculam acabam desistindo mesmo antes do término do ano letivo.

Cabe destacar que, pensar nos alunos da EJA nos dias atuais, significa pensar na enorme diversidade contextual e sociocultural existente, pois são jovens, na maioria das vezes, de classes economicamente baixas, muitos já inseridos no mercado de trabalho, alguns já constituíram família e todos convergem para um aspecto: em algum momento da escolarização,

foram impedidos de prosseguir os estudos ou abandonaram a escola. Esses aspectos afetam o jovem em vários sentidos, desde o econômico até o educacional, como acesso, permanência e sucesso na escola (MIRANDA; PEREIRA, 2018).

A Constituição Federal (1988) estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. No entanto, não basta apenas está escrito na lei, é necessário cumprir o que determina a legislação através do acesso e permanência do público-alvo da EJA, de modo que a escola seja o ambiente favorável e que ofereça mecanismos para receber a todos, sem distinção de cor, raça, ou seja, na prática, seria preciso garantir condições de igualdade para as pessoas, respeitando a diversidade e a singularidade subjetiva de cada um. Deste modo entender os desafios da EJA no Brasil, é lidar com a realidade de cada ambiente e assim buscar estratégias através do poder público, agentes compromissados com a educação em prol de uma escola formativa e significativa.

A modalidade EJA excede a alfabetização, sendo um dos seus objetivos principais, o preparo do aluno para uma educação de qualidade e na inserção no mercado de trabalho, lhe dando condições de viver em sociedade com melhor qualidade de vida. Portanto, há um perfil profissional adequado para ser um educador da EJA, no qual exige uma especialização específica que requer inovação, dedicação e persistência por parte do profissional (NEGREIROS *et al.*, 2018).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reconhecem o desafio da escola em desenvolver processos educativos que discutam a questão da diversidade e das diferenças. No entanto, torna-se importante destacar que a diversidade de cada grupo étnico-cultural e social deve ser compreendida tendo em vista a historicidade e o movimento de contradições e relações que constituíram cada grupo (VASCONCELOS, 2009). Falhas no sistema educacional de ensino brasileiro e as metodologias aplicadas equivocadamente acabam por contribuir para o surgimento de desafios e dificuldades de aprendizagem. Para evitá-las, devem ser utilizadas estratégias de ensino mais eficientes, com práticas que partam do mundo em que o aluno está inserido, pois muitas metodologias não permitem o envolvimento do aluno durante a realização das atividades, tornando o ambiente escolar desagradável. De acordo com Batista (2021), entende-se que oferecer a modalidade de educação do EJA atualmente, requer um novo pensamento, uma nova opção de políticas educacionais brasileira que proporcione a (re) inclusão de fato dos alunos, pertencentes ao público da educação básica espalhados em todo o território brasileiro.

3.5 Desafios da EJA no Amazonas

A EJA é uma modalidade de educação desenvolvida por uma variedade de indivíduos, de interesses, precisões e saberes heterogêneos, quando nos referimos especificamente no Amazonas, podemos compreender que é necessário preparar o ambiente escolar e de fato, que as leis sejam exercidas com responsabilidade e compromisso com a educação. Há muitos desafios a serem enfrentados para garantir o desenvolvimento e permanência escolar dos alunos na EJA. As propostas para essa modalidade de ensino necessitam serem traçadas e contextualizadas com o cotidiano desses sujeitos (NEVES; MARTINS, 2017).

Neste contexto, o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE AM 2015-2025), estabeleceu na meta 9: “Elevar para 93,5% a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade até 2015 e, até o final da vigência do PEE-AM, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (AMAZONAS, 2015). Ou seja, isso significa que uma das metas do PEE (2015-2025) enfrenta inúmeros desafios que têm no estado do Amazonas.

Nesta concepção, Oliveira (2019, p.183) argumenta que “os dados revelam que a realidade do estado do Amazonas das populações tradicionais (populações do campo, indígenas e quilombolas), no que tange ao acesso à escola, está indo na contramão do que foi projetado no Plano Estadual de Educação 2015-2025”. Mediante a realidade dos resultados encontrados nas populações tradicionais, indígenas, quilombolas, nota-se que esses desafios são pertinentes, principalmente nesses lugares distantes de difícil acesso em que as dificuldades de alfabetização são eminentes. Mesmo que a tarefa de erradicação é desafiadora, o compromisso com a educação de qualidade deve ser flexível e contínuo visando proporcionar oportunidades principalmente àqueles que estão na distorção idade-série.

Quanto a atuação da EJA no Amazonas, foi instituído o Projeto de Educação Básica – PEB que de acordo com Miranda (2003, p.160), “propõe a garantia de continuidade do processo escolar aos pós-alfabetizados, em nível de 1ª a 4ª séries do 1º Grau, a fim de lhes possibilitar o acesso aos estudos das séries finais desse grau de ensino, como sendo seu objetivo específico”. Já em 1992, também houve a implantação no Programa de Educação para Jovens e Adultos do Estado do Amazonas, PROEJA-AM que defendia uma nova abordagem metodológica para essa modalidade. Neste contexto, os desafios da modalidade da EJA são evidentes não somente no analfabetismo, mas quanto a distorção série/idade cuja periculosidades está associada ao conceito de discriminação devido o histórico dos sujeitos envolvidos serem descontínuos no

Amazonas, esses problemas estão associados a diversos fatores que levam o educando à desistência de seus estudos acarretados por vulnerabilidade com envolvimento de jovens no mundo das drogas, da marginalização, qualidade de vida precária, condições socioeconômicas insuficiente que permite o abandono nas escolas, além de gravidez na adolescência, até mesmo a falta de inovações de políticas públicas que se refletem não somente no estado do Amazonas, mas em outros lugares do Brasil.

Desse modo, superar os desafios que hão de aparecer na busca de sua realização pessoal aliada ao conhecimento. Sintetizando o que será pesquisado, relato que as instituições de ensino e os alunos da EJA necessitam, todavia, dialogar, pois será na exposição dos problemas enfrentados pelos educandos dentro e fora dos muros da escola, que se poderá fazer uma leitura sobre estes e criar estratégias na intenção de resolvê-los, os resolvendo o fluxo de evasão tende a reduzir significativamente. Assim, os desafios da EJA no Amazonas são constantes principalmente por falta de políticas públicas, pois tal modalidade de ensino pode estar sendo negligenciada por governantes e/ou órgãos governamentais. (REBOUÇAS, 2018).

Dessa maneira, o interesse pela temática em questão se sobressai com a finalidade de contribuir para subsidiar o processo educativo escolar, reavaliando as condições de funcionamento da escola, as políticas públicas destinadas a implementação da EJA no Amazonas e especificamente em lugares distantes do interior também, entre outros aspectos que estejam envolvidos com a questão da evasão escolar, ao alcance da intervenção do professor pesquisador.

4 METODOLOGIA

O estudo consiste em uma revisão integrativa (RI), que trabalhou com dados teóricos e empíricos, seguindo o proposto por Whitemore e Knafl (2005), a partir dos seguintes passos:

1) Identificação do problema: O objetivo desta revisão foi analisar a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2012-2023 sobre os fatores relacionados a evasão escolar na educação de jovens e adultos.

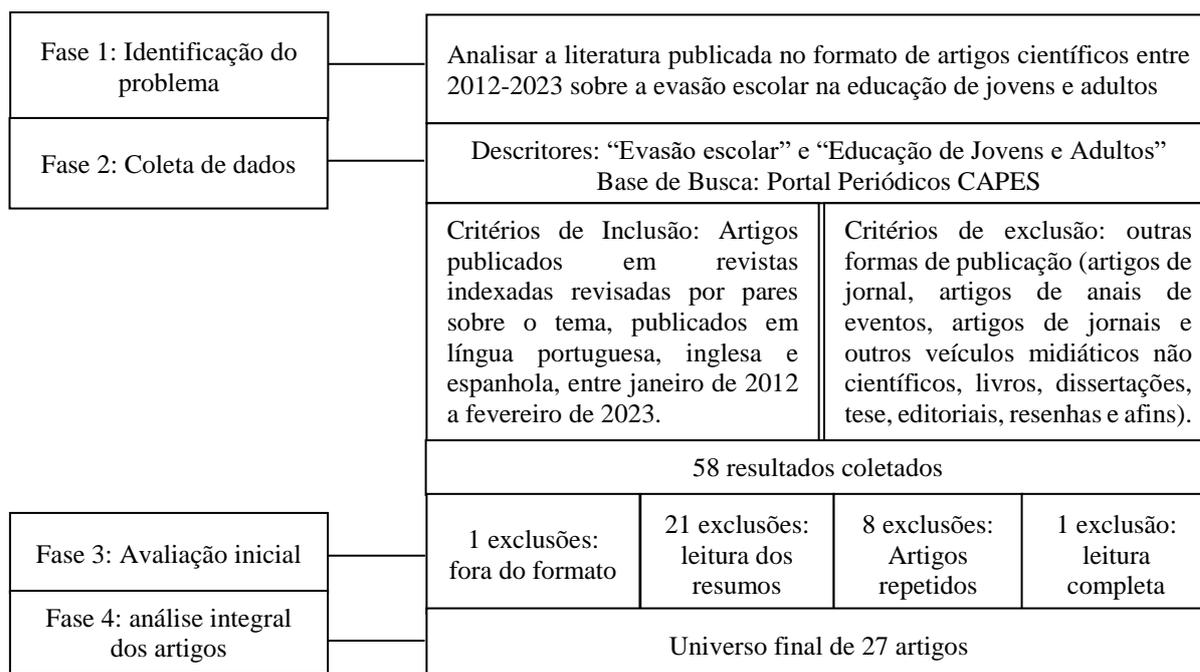
2) O segundo passo corresponde a coleta dos dados. Dessa forma, os passos da coleta neste estudo iniciaram-se na definição dos descritores de busca, sendo “Evasão escolar” e “Educação de Jovens e Adultos” e “EJA”, validados nos Descritores da Biblioteca Virtual de Saúde (Dec’s BVS). O portal utilizado para coleta fora o Portal Periódicos CAPES, escolhido porque integra diversas bases de dados e proporcionam acesso público aos artigos científicos, além do mais o portal apresenta estudos interdisciplinares, considerando que o tema da revisão pode ser estudado do ponto de vista da saúde e das ciências humanas/sociais. A coleta foi realizada entre os dias 02 e 03 de março de 2022. Os critérios de inclusão adotados foram: Artigos publicados em revistas indexadas revisadas por pares sobre o tema da pesquisa, publicados em língua portuguesa, entre janeiro de 2012 a fevereiro de 2023. Como critérios de exclusão, removemos outras formas de publicação (artigos de jornal, artigos de anais de eventos, artigos de jornais e outros veículos midiáticos não científicos, livros, dissertações, tese, editoriais, resenhas e afins). Com a aplicação dos descritores, foram coletados 58 artigos.

3) O terceiro passo correspondeu a avaliação dos dados coletados. Foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos 58 resultados coletados e nessa etapa, foram excluídos 22 resultados: 1 por não estar na forma de artigo científico e 21 por não apontarem para o tema desta revisão. Restaram então, 36 artigos, que foram descritos em uma planilha do Microsoft Excel para a exclusão dos artigos repetidos no portal, onde foram excluídos 8 artigos.

4) A quarta etapa diz respeito à análise e interpretação dos dados: Para essa etapa, restaram 28 artigos, os quais passaram por leitura completa. Para apoio na leitura, foi elaborado um instrumento, chamado “protocolo de RI”, que nos auxiliou na análise descritiva inicial dos artigos. Este protocolo baseia-se no estudo de Evans & Pearson (2001) e conteve: a pergunta da revisão, os critérios de inclusão e as estratégias de busca, assim descritos: i) a identificação (título do artigo, título da revista em que foi publicado o artigo, área do periódico, base de dados, ano e autores e país da publicação); ii) metodologia do estudo; iii) as principais considerações/resultados e pergunta da pesquisa e iv) um campo para que se justifique caso o

estudo seja excluído da amostra final. Após a análise, o revisor deu seu parecer de “selecionado” ou “não selecionado” para cada artigo, seguindo o critério de relevância do estudo para a amostra e se ele contemplava a temática proposta de forma integral. Nessa etapa foram excluídos 1 artigos, por não contemplarem o tema deste estudo. No fluxograma 1 é possível observar a trajetória de coleta e análise dos textos selecionados:

Fluxograma 1: Trajetória metodológica do estudo



Fonte: elaborado a partir da revisão da literatura, 2023

O universo final desta revisão foi composto por 27 artigos. Todos os artigos foram publicados em língua portuguesa. As áreas dos periódicos eram em sua maioria na área da Educação (com 15 artigos), seguidas pela área de matemática, sociais e humanas, política e sociabilidade, geografia e interdisciplinaridade, saúde, ciências agrárias, ciências humanas e por fim, a área de psicologia que apareceu com uma publicação. Fizeram parte deste universo de pesquisa os artigos todos publicados no Brasil (os vinte e sete artigos). Do ponto de vista temporal, três em 2012, um em 2013, um em 2014, quatro em 2015, um em 2017, quatro em 2018, quatro em 2019, dois em 2020, seis em 2021, e um em 2022. Também foi possível observar o método dos artigos selecionados, onde a abordagem metodológica mais proeminente foi a qualitativa, com dezesseis publicações, seguida pela abordagem de relato de experiência, com três publicações, quatro publicações quali-quantitativa, três eram ensaios teóricos e uma revisão de literatura.

No quadro 1 é possível observar a caracterização dos artigos selecionados na revisão:

Quadro 1: Artigos incluídos na revisão

Artigo	Revista/Ano/Método	Autores
Evasão na educação de jovens e adultos e o processo ensino-aprendizagem na disciplina de matemática	REMATEC - Revista Matemática, Ensino e Cultura /2015/Qualitativo	CAMPOS, PIRES.
Do direito a negação: os desafios do acesso e permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos.	Revista NUPEM/2015/Qualitativo	CARVALHO, PINTO, JÚNIOR
Expectativas Escolares e evasão de alunos da EJA no contexto de implementação da hidrelétrica Belo Monte, Altamira/PA	Revista Trabalho, política e sociedade/2018/Qualitativo	SABINO e MENEZES
Os fatores motivadores da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Caminhos do Aprender no município de Grajaú-MA	Inter Espaço Revista de Geografia e Interdisciplinaridade/2018/Quali-quantitativo	SILVA LEITE
Reflexões acerca da evasão escolar na educação de Jovens e Adultos no município de Bertioga-SP	Revista científica do UBM/2021/Qualitativo	DA CUNHA
As causas da evasão de alunos em um programa de Educação de Jovens e Adultos	Trabalho e Educação/2012/Qualitativo	GEGLIO, ROSA, DIAS
Jovens Mulheres: motivos do abandono escolar na educação de Jovens e Adultos em duas escolas do Estado de Mato Grosso	Revista Prática Docente/2021/Qualitativo	GOMES
Desistência e Permanência de estudantes de ensino médio do PROEJA	HOLOS/2015/Qualitativo	FARIA, MOURA.
Casos e acasos: Porque eles e elas persistem? Um estudo de caso na educação de Jovens e Adultos	Revista Eventos Pedagógicos/2015/Qualitativo	RABELO, TOMÉ
Evasão escolar na educação de Jovens e Adultos:	Revista Eletrônica Graduação/Pós-graduação em Educação	BATALHA, DA SILVA

Um olhar a partir do Colégio Estadual Normal Professor César Augusto Ceva em Ipameri – GO	UFG/REJ/2018/Quali-quantitativo	
Gestão escolar na educação de Jovens e Adultos: interfaces da relação evasão/permanência em uma escola da rede municipal de Araruna/PB	Revista Multidisciplinar em Educação/2019/Qualitativo	OLIVEIRA, DE ALCANTARA
As origens emocionais da evasão: apontamentos etnográficos a partir da Educação de Jovens e Adultos	Artigos Articles/2019/Relato de Experiencia.	LIMA
Escolas eficazes na educação de Jovens e Adultos: Estudo de casos na rede municipal do Rio de Janeiro	Educação em Revista/2012/Relato de Experiencia.	SILVA, BONAMINO, RIBEIRO.
Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos: Sentidos atribuídos pelos alunos para permanência na EJA.	Revista Inter. Ação/2021/Revisão de literatura	BUZIOLI, TASSONI
O PROEJA no Colégio Pedro II: Trajetória e possibilidades para o êxito de uma educação profissional, politécnica e integral	Revista Labor/2020/Relato de Experiencia	BRITO, ALMEIDA, AMORIM, REMEDIOS.
Reconhecendo os sujeitos da educação de Jovens e Adultos: Uma pesquisa sobre evasão e retorno a escola	Revista Aleph/2019/Quant-qualitativo	SANTOS, BARRETO.
Evasão escolar na educação de Jovens e Adultos: Um estudo na rede Estadual de Ensino de Pernambuco	Revista Educação e emancipação/2021/Quant-qualitativo	FRANÇA, DE SOUZA
Educação de Jovens e Adultos e a evasão escolar: Análise e proposição	Educação teoria e prática/2018/Qualitativo	OSTROVSK, CORREIA
Evasão na EJA – histórias de abandono? Usos e táticas de praticantes na autogestão da vida	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas/2013/Ensaio	OLIVEIRA, COUTINHO

A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil	Dossiê Educação de Jovens e Adultos II/2014/Ensaio	CARMO, CARMO
Estudo das práticas pedagógicas na EJA da EEEF Rivadavia Corrêa, Sant'Ana do Livramento/RS	Educar mais/2019/Qualitativo	DA ROCHA, DOS SANTOS LARRUSCAIN
Os procedimentos avaliativos na educação de Jovens e Adultos e a relação com a dialogicidade	Debates em Educação/2020/Qualitativo	CRUZ
O trabalho como fator da evasão e do retorno à EJA: uma análise de uma turma da Educação de Jovens e Adultos de Caruaru-PE	Diversitas Journal/2021/Qualitativo	SILVA, ALENCAR.
A escola na berlinda: Pesquisa documental e narrativas Juvenis em foco	Revista Práxis Educacional/2021/Qualitativo	COSTA, DA SILVA
As causas da Evasão Escolar: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará – PA	Inter Espaço- Revista de Geografia e Interdisciplinaridade/2017/Qualitativo	SILVA
Evasão escolar de alunos na educação de Jovens e Adultos-EJA	Revista Eventos Pedagógicos/2012/Qualitativo	SILVA, ARRUDA
Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos	Revista de psicologia/2022/Ensaio	NASCIMENT O

Fonte: elaborado pela autora a partir da revisão da literatura, 2022

Para analisar os dados extraídos destes, foi utilizado o procedimento de Análise de Conteúdo. Esse procedimento organiza-se em três fases, segundo Bardin (2011): I) Pré-Análise: É a organização de todos os materiais utilizados na coleta dos dados (correspondente à organização e leitura dos artigos no protocolo). II) Exploração do Material: que consiste nas operações de codificação em função das regras que já foram previamente formuladas (após a leitura no

protocolo, criou-se as categorias). III) Tratamento dos resultados: É a fase de análise propriamente dita, onde os resultados brutos serão tratados de maneira a serem significativos. A seguir, apresentamos as categorias de análise frutos da revisão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Fatores que influenciam a Evasão na modalidade da EJA

Com base em Silva (2017) a evasão escolar está relacionada ao abandono, por tempo indeterminado ou não, da escola pelo aluno. Este fenômeno se manifesta como um grande problema social que levam o aluno a exclusão social, pois geralmente quem abandona os estudos não tende a retornar no ano seguinte, aumentando assim o índice de alunos evadidos. Enerci Gomes (2021) traz a visão de que a evasão se configura como fuga ou abandono da escola em função da necessidade de realização de outras atividades relacionadas geralmente a questões pessoais. Para Brito, Almeida, Amorim e Remedios (2020), a evasão escolar se apresenta como sendo o maior desafio a ser superado e está presente no cotidiano da maioria das instituições do país. As causas da evasão não se trata de um motivo único e isolado, e sim de uma série de fatores que nem sempre estão apenas sobre a responsabilidades da escola.

A EJA, de acordo com Amorim (2010), possui três funções principais, sendo elas: função reparadora, equalizadora e a qualificadora, que garante aos jovens e adultos o usufruto dos direitos civis, resgata a igualdade de oportunidade e enquanto qualificadora refere-se à educação permanente. Mas de acordo com as bibliografias revisadas dentre os problemas enfrentados pela educação pública do Brasil a evasão escolar é, seguramente, um dos mais graves, e a possibilidade de sua resolução apresenta-se como bastante complexa, especialmente porque as suas causas estão ligadas a diversos fatores: social, cultural, político, econômico, etc. De acordo com Avila (1992) vários fatores contribuem para o abandono da escola antes do término de um curso, dos quais se pode citar: o pauperismo em mulheres que recém deram a luz e a pobreza, pois os alunos do meio econômico precário, tendo atingido uma idade em que os pais as consideram capazes de os ajudar, passam a prestar pequenos serviços no lar ou fora do lar, contribuindo muitas vezes financeiramente para o sustento da família. Mas segundo Silva Leite (2018) para compreender esse fenômeno é necessário conhecer as expectativas e o interesse dos alunos nas salas de aula, conhecer as estratégias pedagógicas dos educadores dessa modalidade de ensino, conhecer como acontece a interação entre professor e aluno no processo de ensino aprendizagem e principalmente analisar quais os motivadores que possam estar relacionados a evasão escolar na EJA.

É importante salientar que a EJA, de acordo com Silva Leite (2018) atende o público trabalhador estudante com ou sem nenhum capital escolar, geralmente com condições

financeiras precárias, no qual abandonaram a escola pela necessidade de trabalhar para se manter e manter seus dependentes, pois em sua maioria são chefes e mães de família. É notório que os fatores que influenciam a evasão escolar variam de acordo com a localização geográfica, para Da Cunha (2021), as dificuldades que os alunos da EJA enfrentam diariamente em conciliar estudo com sua realidade, seja financeira, profissional ou pessoal tem influência direta na evasão. Já para Batalha e Silva (2018), a evasão envolve fatores intra e extraescolares, e não deve ser pontuada apenas como fracasso do aluno, mas também da escola, que por sua vez não alcança seus objetivos que se refere a produtividade dos estudantes. Analisar a evasão escolar exige de nós um olhar distinto aos alunos, já que, devemos considerar as suas trajetórias de vida.

Compreender a evasão escolar na EJA pela visão docente recai sobre as dificuldades de aprendizagem que os alunos apresentam em todas as totalidades, ora pelo tempo em que ficaram sem estudar, ora pelas limitações que apresentam no momento do processo (DA ROCHA e DOS SANTOS LARRUSCAIN, 2019). Para Da Cunha (2021) a falta de horário ofertado no período diurno para atendimento da modalidade é um dos motivos também citado, pois geralmente a EJA é ofertado apenas no turno noturno sem outra opção para aqueles que trabalham durante a noite, além do cansaço que o trabalho causa refletindo na dificuldade para frequentar as aulas, não conseguindo conciliar o tempo com o trabalho e as aulas entre outros fatores como a falta de dinheiro para o transporte, pois há alunos que moram distante da escola. Também é evidenciado a questão de gênero, pois geralmente para mulheres, a gravidez é um fator predominantemente associado a desistência, sendo privada de continuar os estudos para cuidar dos filhos, principalmente quando não há apoio familiar.

Além dos fatores socioeconômicos, cultural, político e geográfico, Cunha (2021) afirma que a maioria desse público também possui grandes dificuldades na aprendizagem gerando um grande índice de reprovação, por esse motivo o professor juntamente com a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento de cada aluno, pois a prática docente influencia no sucesso da aprendizagem de cada um, e todas essas questões remetem ao abandono e conseqüentemente a evasão escolar.

De acordo com França e De Souza (2021) a evasão escolar a partir dos olhares dos alunos professores e gestores, aponta para questões como problemas familiares, desigualdades sociais que remetem a questão socioeconômica, a necessidade de trabalhar, e o maior desafio torna-se conciliar esses fatores com os estudos e a permanência na escola, mas além desses há também a questão interna a escola, problemas relacionados a infraestrutura escolar precária, pois a

realidade da escola muitas vezes não atende e nem dá suporte adequado para realizar uma aula diversificada, as a necessidades de formação dos professores especificamente para essa modalidade. Ressalta-se a importância do fortalecimento de laços entre os sujeitos pedagógicos da EJA, estudante-docentes, estudante-estudante, pois a escola tem responsabilidade no sentido de garantir a permanência e conclusão dos estudos desses alunos que já vivenciaram o fracasso escolar. Desta forma podemos afirmar que a evasão causa danos e deixa marcas na vida dos estudantes e principalmente aos sistemas de ensino, causando atraso e exclusão dos mesmos. Ostrovski e Correia (2018) explicam que é necessário ações eficazes, e principalmente rever antigas posturas para melhorar o processo educativo e a permanência dos alunos na EJA. Os autores relatam que a repetência e a evasão são os principais fatores que interferem no cenário escolar, mas que a evasão é o fenômeno com maior frequência, pois é um problema real, frequente e cada vez mais crescente. É o principal empecilho para que jovens e adultos conquistem o nível de escolaridade desejada. Desta forma podemos afirmar que a evasão escolar é um problema social que atinge a vida dos jovens e adultos que retornam à escola com o intuito de concluir os estudos, mas que no decorrer da trajetória escolar do ano letivo enfrentam diversas dificuldades e problemas (intra e extraescolares) que dificultam a permanência e acarretam ao abandono escolar, e de acordo com Silva (2017), o principal fator está associada a necessidade de trabalhar.

5.2 Dificuldades e desafios: O trabalho como fator determinante para o retorno ou evasão escolar?

De acordo com Maria Sabino e Alcione Menezes (2018) a educação está sendo desafiada a acompanhar as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, e tem como objetivo formar cidadãos críticos e prepará-los para o mundo do trabalho e a EJA dá essa oportunidade aqueles que por algum motivo ou razão não puderam ou tiveram a oportunidade de concluir os estudos no período regular, levantando a questão de quais motivações os alunos possuem para permanecer na EJA.

Para Viviane Silva e Maria Alencar (2021) o trabalho é um fator relevante, sendo situada com frequência como um dos determinantes tanto para a evasão como para o retorno a escola. As autoras afirmam que a necessidade precoce do trabalho é um dos motivos para a desistência dos estudos no período regular e ao mesmo tempo é um fator determinante para o retorno, para se concluir os estudos e entrar no mercado de trabalho. A falta de acesso a bens sociais de consumo

faz com que muitas famílias vulneráveis socialmente façam com que seus filhos, ainda em idade escolar, abandonem a escola pra realizarem atividades remuneradas e assim consigam contribuir com a renda familiar, de forma que essa criança tenda a voltar mais tarde aos processos educativos na EJA.

Maria Sabino e Alcione Menezes (2018) explicam que em sua pesquisa, na implementação de uma hidrelétrica na cidade de Altamira, a empresa exigia que o jovens e adultos estivessem matriculados na escola para conclusão dos estudos, o que impactava diretamente na grande quantidade de pessoas matriculadas no início do ano, mas que no decorrer do ano letivo havendo um grande número de desistentes com justificativas diversas, de forma que uns apenas se matricularam para conseguir o trabalho e depois de garantido, abandonaram os estudos, outros não conseguiram conciliar o trabalho ao estudo devido o cansaço físico, e devido à pouca renda optaram em desistir e continuar no trabalho e a inassiduidade dos alunos acabam gerando barreiras e frustrações com conteúdo, pois quando não comparecem as aulas perdem os conteúdos e ficavam perdidos, isso além das dificuldades na leitura que geralmente alguns já possuem gerando um desanimando e desmotivação.

Todavia a permanência e o abandono escolar têm muitas vertentes além do trabalho, mas este, de acordo com Faria e Moura (2015) exerce uma pressão sobre as condições dos estudantes trabalhadores, implica em limitações para conciliar trabalho, escola e família, e repercutem na desistência escolar. Mas além disso existe uma junção de vários fatores internos e externos a escola que favorecem o crescimento da evasão escolar na modalidade da EJA.

5.3 A Permanência dos alunos na EJA

Com base em Faria e Moura (2015) a permanência escolar do aluno é motivada por condições institucionais no que se refere a qualidade do ensino, infraestrutura e qualificação da equipe técnica e dos professores, melhores condições socioeconômicas, pessoais e também o apoio de colegas e da família. Então para que o alunado permaneça frequentando a escola é necessário o trabalho em conjunto com a família, escola e políticas públicas que forneçam oportunidades e meios para esse aluno ter condições em se manter dentro da escola. Mas para Rabelo e Tomé (2015), é de suma importância que a escola e o projeto político pedagógico consigam acolher de forma inclusiva esses alunos que buscam uma nova chance, conhecendo a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, que de acordo com Carvalho, Pinto e Júnior (2015) são pessoas desprovidas de condições estruturais básicas que lhes possibilitam um bom

desenvolvimento educacional, afetando diretamente sua capacidade de se manter na escola, com destaque a questão de manter-se financeiramente com gastos básicos como o transporte na locomoção do trajeto até a escola, tornando-se difícil o processo de aprendizagem, levando então ao abandono escolar.

Faria e Moura (2015) destacam a desistência escolar como uma questão social, tirando o olhar da evasão, pois a palavra evasão refere muito no sentido de culpabilizar apenas o indivíduo, sendo que essa questão vai além de fatores extraescolares. Mas concorda que a escola é criteriosa e exigente no atendimento às normas do sistema escolar, excluindo dela os que não conseguem seguir os padrões, como por exemplo, os estudantes trabalhadores, porque precisam sobreviver, só sendo possível essa sobrevivência por meio do trabalho.

De acordo com Oliveira e Alcantara (2019), apesar desses alunos possuírem a marca da evasão em suas trajetórias escolares, a gestão efetiva tem que identificar onde esse problema está enraizado, diante da necessidade discutir, planejar e avaliar o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da escola na busca por solução dessa problemática, sendo abrangente no que se refere a formação cidadã, política, cultural e social. O papel da escola para a permanência desses alunos se dá com base em Silva, Bonamino e Ribeiro (2012) implica em tomar atitudes explícitas para promover a assiduidade dos alunos, considerando a organização das disciplinas, currículo juntamente com a equipe pedagógica focando sempre no ensino e aprendizagem dos alunos, pois fatores intraescolares também comprometem a aprendizagem e desestimula a permanência dos mesmos. Isso se dá desde a infraestrutura da escola até a aplicação da aula em sala de aula, ou seja, para melhor funcionamento e resultados é necessário que a comunidade escolar trabalhe em conjunto com todos os envolvidos nesse processo de escolarização.

Já para Rabelo e Tomé (2015) além dos motivos mais evidentes que é a conciliação do trabalho e os estudos, é preciso destacar a carência de professores com formação adequadas e específicas para atender e dar atenção a todos desse público, pois em fase de alfabetização os alunos requerem mais atenção dos professores. Assim, podemos enfatizar a importância da permanência da EJA e principalmente desse público trabalhador na escola, possibilitando que o educando desfrute de um conhecimento amplo, diversificado e significativo, que abranja as múltiplas formas de linguagem para o seu desenvolvimento social, profissional e pessoal.

5.4 Os sujeitos da EJA: Desigualdade de gênero e práticas pedagógicas.

De acordo com Campos e Pires (2015) a questão de gênero é um fator determinante e frequente na evasão escolar para as mulheres, pois geralmente quando estas engravidam, se limitam apenas em cuidar dos filhos, da casa e dos afazeres domésticos. Carvalho, Pinto e Júnior (2015) afirmam que quando algum membro da família adoece a tendência das mulheres é de largar os estudos para cuidar destes. Campos e Pires (2015) afirmam também que a maioria dos jovens e adultos inseridos nessa modalidade são de renda baixa e isso influencia no fator socioeconômico das famílias. Mediante este contexto podemos afirmar que os alunos da EJA são vistos como pessoas que possuem pouco grau de estudo, além da falta de caracterização socioeconômica, afetivas e culturais, e ao chegar na escola precisam ser alfabetizados para que possam garantir seu emprego e integrar-se na sociedade, mas de acordo com Brasil (2000), a função reparadora da EJA não se refere apenas ao restabelecimento de um direito negado, mas assegura o direito a uma educação com a mesma qualidade do ensino regular. Já a função equalizadora oferece igualdade de oportunidade possibilitando, aos alunos, a permanência no mundo do trabalho, na vida social e cultural.

É necessário compreender de acordo com Campos e Pires (2015), esses jovens e adultos, geralmente trabalhadores, trazem consigo uma bagagem de experiências de vida que na maioria das vezes reflete em cansaço físico em não saber conciliar trabalho e estudo, influenciando ao abandono escolar e por se tratar de EJA a relação de interação e entrosamento entre professor e a aluno é muito importante, o educador deve passar confiança e compromisso ao educando, sempre incentivando o ser aluno a seguir em frente diante da educação. Para Freire (1986) “não há ignorantes absolutos” e que o sujeito é responsável pela construção do conhecimento e pela ressignificação do que aprende. O aluno na sala de aula apresenta uma gama de que podem aprimorados, sempre considerando que o aluno tenha a vontade de procurar aprimorar os seus conhecimentos e permitir que o professor seja um grande aliado nos problemas relacionados com dificuldade da aprendizagem que o aluno manifesta na sala de aula. Assim, retomando Campos e Pires (2015), repensar o currículo voltado para a realidade desses alunos tornou-se um grande fator a ser discutido, o docente deve considerar os saberes prévios que esse público traz consigo, tendo como base de estudos voltado a realidade do aluno, implementando novas metodologias, que trará estímulo no processo de aprendizagem por parte dos alunos.

De acordo com Gomes (2021) essa é uma das maiores dificuldades de gestores e organizadores, pois levar em conta a realidade e os saberes prévios desse público é desafiador, e geralmente

são ignorados pelos espaços escolares. Nesse sentido, o aluno precisa ser instigado a ter curiosidade senão terá dificuldades no processo de ensino e aprendizagem sempre na vida escolar, porque esses são um dos fatores que prejudica a vida do aluno e diversos fatores que contribuem para que o aluno não prossiga nas atividades e não tenha um desenvolvimento ou aproveitamento aceitável de conhecimento educacional. A partir disso, o autor pontua a necessidades de políticas públicas voltadas para o atendimento de jovens e adultos enquanto sujeitos com direitos a aprendizagem e conhecimento. Uma outra possibilidade de avançar e alcançar resultados satisfatórios sobre o ensino e aprendizagem dos alunos da EJA, é planejar atividades que possam motivá-los a permanecer na escola. Para tal, é preciso considerar e aproveitar pedagogicamente a heterogeneidade entre os alunos, ou seja, implica organizar um ensino que possibilite que esses saberes sejam compartilhados, discutidos, confrontados, modificados. As propostas de atividades, ora iguais para todos, ora com variações, devem permitir que cada aluno possa fazer novas descobertas a partir delas.” (BRASIL, 2001).

O educando necessita de atividades curriculares que possam instigar a busca do seu aprimoramento, mas para isso o educador deve proporcionar atividades que visem chamar a atenção destes para que possam desenvolver suas habilidades e que sejam adaptadas de acordo com a sua realidade. Além disso, essas atividades sejam de forma cooperativa permitindo uma interação social possibilitando que seus colegas o ajudem a entender melhor a tarefa e despertar algum interesse em relação a ela, pois quando ocorre a aprendizagem satisfatória do educando, os resultados representam que as oportunidades de emprego e qualidade de vida para que suas potencialidades sejam desenvolvidas a partir de uma visão de sua própria realidade que o cerca. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Para atender os alunos da EJA, Geglio, Rosa e Dias (2012) explana sobre o PROJOVEM e suas quatro dimensões que atendem o público juvenil, por considerá-las um público mais vulnerável e menos contemplados pelas políticas públicas vigentes, são elas PROJOVEM urbano, PROJOVEM adolescente, PROJOVEM campo e PROJOVEM trabalhador. Cada um com sua especificidade e objetivos diferentes dependendo da localidade e região, onde os sujeitos que fazem parte deste ciclo possam receber novas oportunidades para permanecer no ambiente escolar, tendo em vista que a inserção dos alunos na modalidade EJA, deve ser de uma forma flexível, pois são indivíduos em diferentes níveis socioeconômicos, de idade, culturais, entre outros, pessoas que carregam consigo valores morais e étnicos diversos. Neste contexto, a educação de qualidade só poderá ocorrer a partir da efetivação do conhecimento acadêmico quanto a oportunidade de atuação profissional de modo que seja capaz de garantir a formação

sólida do cidadão, através da promoção e a superação de sérios problemas que atingem direta ou indiretamente o contexto educacional, como é o caso da evasão escolar.

O estudante da EJA deve procurar aperfeiçoar e ir em busca de qualificação, após o término de seus estudos, para que possa alcançar oportunidades de emprego, sabendo que um bom estudo pode proporcionar maiores oportunidades de emprego para poder manter a si próprio e seus familiares. Freire (1997, p. 134) diz que, “os alunos não são vistos como aqueles que nada sabem, mas sim, como seres capazes de contribuir com seu saber, participando livre e conscientemente no esforço de aquisição do conhecimento”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos desta pesquisa, concluímos que a EJA, além de ser marcada por inúmeras dificuldades enfrentadas no decorrer do seu contexto histórico, a evasão escolar é relativamente um problema complexo que atinge e faz parte da realidade do processo educativo em âmbito nacional, principalmente nesta modalidade em questão. Considerando que a pesquisa realizada apontou vários fatores que contribuem para a evasão dos alunos nessa modalidade, que envolvem fatores intra e extraescolares.

Nesta perspectiva a evasão escolar é um problema real, e não se trata apenas de um motivo único e isolado, de acordo com o diagnóstico se dá por uma série de fatores que nem sempre estão apenas sobre a responsabilidades da escola, definidos como problemas internos e externos a escola, que influenciam diretamente no fracasso e abandono escolar desses alunos que não conseguem conciliar os estudos a outras atividades fora da escola. Diante das diversas situações apresentadas neste estudo, pode-se perceber que a evasão escolar é um problema social que afeta a maioria do público-alvo dessa modalidade, fatores socioeconômicos, culturais e políticos, são fatores causadores de forma acentuada uma desestruturação humana.

Mas, cabe também à escola, ter uma visão mais consciente da gravidade do problema e mobilizar seu corpo docente para que reveja ações que combatem de forma eficaz esses problemas internos, e que haja o resgate de valores inerentes ao conhecimento, onde cada um faça sua parte com empenho e responsabilidade, despertando o interesse e motivando os alunos a permanecerem na escola. Pois a motivação é fundamental para qualquer atividade humana, nesse sentido, para despertar o interesse dos alunos, cabe aos educadores desenvolver estratégias para resgatar entre estes a vontade de aperfeiçoar seus conhecimentos, estimulando-os a pensar e agir de forma crítica e consciente, possibilitando o entendimento de que a educação é fundamental para seu processo de inclusão à sociedade, assim tentar amenizar este cenário tão afetado pela evasão escolar.

A evasão como problema social que afeta negativamente a vida escolar dos alunos da EJA, pois além de excluí-los do mundo letrado impede que os mesmos possam concluir os estudos e recuperar a sua autoestima afetando não somente o aluno, mas todos que estão a sua volta, além de causar grandes problemas com um grau tão elevado nos sistemas de ensino do país, nos faz perceber que atualmente os recursos e políticas que amparam essa modalidade não são suficientes para lidar com tamanha gravidade do problema, o que leva ao entendimento de que são necessárias políticas públicas mais eficazes no sentido de assegurar a universalização da

educação e garantir não somente o ingresso dos estudantes na escola, mas sua efetiva permanência durante todo o processo de formação escolar, claramente em conjunto com a família e comunidade escolar.

7 REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação do Amazonas** - PEE-AM 2015-2025, 2015a. Disponível em: <http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/>. Acesso em: 27 mai. 2023.

ARROYO, Miguel G. da. (1997). **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola.

BARBOSA, Marcia Silveira Silvana. **O papel da escola: Obstáculos e Desafios para uma Educação transformadora**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Whittemore, R.; Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546-553.

SOARES, Magda Becker. Letrar é mais que alfabetizar. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~edpaes/Magda.html>, acesso em 12 de maio de 2006.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1999.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos: 15. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

FERREIRA S. Jarliane; NEBOT P. Carmen. Educação de Jovens e Adultos com povos do Campo, das águas e da floresta: territorialidades, políticas e práticas. Direção Gladys Corcione Amaro Langermans e Nathasha Amaro Langermans. Manaus: EDUA, São Paulo; Alexa 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB Nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000

BATISTA, Francilene do Carmo Alexandre. **Evasão Escolar: Na Modalidade de Jovens e Adultos (EJA) nas Escolas Públicas do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão – Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, Fevereiro de 2021.

BELUZO, M. F, TONIOSSO, J. P. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro, v. 1, n. 2, p. 196-209, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos.** In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

ELLER, L.; BECKER, E. L. S. **A Trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** EJA EM DEBATE, v. 9, p. 1-36, 2020. Acesso em: 06 Jun.

Evans, D.; Pearson, A. (2001). Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. *Journal of Clinical Nursing*, 10(5), 593-599.

FERNANDES, Rosangela Maria e GOMES, Vilisa Rudenco. **Formação dos professores da EJA: desafios e possibilidades.**

FERREIRA, D.; CORRÊA Pereira, E. Um olhar para a formação de professoras e professores da eja e a Identidade docente: mapeamento em artigos científicos. **Revista GESTO-Debate**, v. 7, n. 01, 20 mar. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 24.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais: IN: JANTSCH, AP.; BIANCHETTI, L. (orgs) **Interdisciplinar: para além da filosofia do sujeito.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira da. EJA, Diversidade e Inclusão: reflexões (im)pertinentes. In: RODRIGUES, Edileuza Custódio. **Jovens e Adultos em Processo de Alfabetização: reflexões e orientações para uma prática docente emancipadora**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, 2000.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1999.

MACHADO, Giselma. **Histórico de Políticas Públicas e Educacionais para a EJA**. 2013. >. Acesso em: 28 maio. 2023.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckett; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, 1 set. 2020.

MIRANDA, A. A. S de. **Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas**. – Manaus: EDUA, 2003.

MIRANDA, Joseval dos Reis; PEREIRA, Maria Susley. **O currículo e a organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos**, 2018.

NEGREIROS, Anailton da Silva et al. **Educação de Jovens e Adultos no município de Porto Walter: suas concepções históricas e pedagógicas uma análise sobre as especificidades dos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Borges de Aquino**. 2018. 37 f. TCC UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, Porto Walter, 2018.

NEVES, Karen Larissa de Souza e MARTINS, Kézia Sumélia Barbosa S. **Evasão e Permanência dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto Escolar de Parintins-Amazonas: Desafios e Perspectivas**. 2017.

OLIVEIRA, A. M. G. **O Projeto de Educação em Tempo Integral no estado do Amazonas e o direito à educação.** Tese de Doutorado. Campinas, SP. 2019.

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e de aprendizagem.** Trabalho apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1999.

OSCHIE, Iolanda. **Políticas Públicas de Educação de Adultos.** 1º ed. UNESP / Marília S.P.: 1996.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 1983.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética: sabedorias e ilusões da filosofia; problemas de psicologia genética.** 2º Ed. São Paulo, Abril Cultura, 1983.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos: 15. ed.** São Paulo, Cortez, 2007.

REBOUÇAS, Fabrício da Silva Brabo. **Evasão escolar na 1ª etapa da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Professor Paulo Freire em Marituba – Pará.** TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pará. Castanhal, Pará. 2018

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **Educação para a Diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica.** Produção Didático-Pedagógica – Caderno Temático – apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE. Universidade Estadual do Norte do Paraná - Campus de Cornélio Procopio, 2008

SAUNER, Nelita F.M. **Alfabetização de Adultos.** Curitiba: 1 ed. Juruá, 2002.

SILVA, Rita de Cássia Santos da et al. **As causas da evasão escolar na EJA: uma concepção histórica.** **Revista EJA em Debate**, Ano 8, n.13, jan/jun. 2019.

SILVA, Simone Pereira da. QUEIROZ, Adriana Matias. MONTEIRO, Vitória Barreto. **O Papel dos Professores e da EJA: Perspectivas e Desafios.** V ENID: Encontro de Iniciação à Docência da UEPB. João Pessoa-PB, 2014.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Magda Becker. Letrar é mais que alfabetizar.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
UNESCO- **Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução portuguesa**. Rio Tinto: Edições ASA, 2014.

VASCONCELOS, Darianny Araújo dos Reis. **A Diversidade Cultural na proposta pedagógica de organização do Ensino Fundamental em ciclos de formação humana da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

VIEIRA, Leandra Maria. **A formação dos professores na EJA: um estudo qualitativo da realidade Morrinhense**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2017.

Whittemore, R.; Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546-553.

GOMES, Enerci Candido. Jovens Mulheres: motivos do abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos em duas escolas do estado de Mato Grosso. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, e015, 2021.

BRITO, L. L. De; Almeida, A. T. S. DE; Amorim, E. DE J. M. DE; Remedios, S. E. L. DOS. O PROEJA no Colégio Pedro II: **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 123-148, 19 out. 2020.

LEITE, F. de F. da S. Os Fatores Motivadores da Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Caminhos do Aprender no município de Grajaú-MA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 322–342, 2018.

DA CUNHA, M. Reflexões acerca da evasão escolar na educação de jovens e adultos no município de Bertiooga – SP. **Revista Científica do UBM**, v. 23, n. 44, p. 60-71, 4 jan. 2021.

BATALHA, R. V.; SILVA, C. C. da. Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos: Um olhar a partir do Colégio Estadual Normal Professor César Augusto Ceva em IPAMERI – GO. Revista Eletrônica Graduação/Pós-graduação em Educação UFG/REJ, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 01–23, 2018.

DA ROCHA, J. M.; DOS SANTOS LARRUSCAIN, I. O. Estudo das práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos nas escolas de Livramento/RS. **Revista Educar Mais**, v. 4, n. 1, p. 22–39, 2019

FRANÇA, S. B. de; SOUZA, D. P. de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na rede estadual de ensino de Pernambuco. Revista Educação e Emancipação, v. 14, n. 3, p. p.331–360, 2021.

OSTROVSKI, C. S.; CORREIA, Z. D. Educação de Jovens e Adultos e a Evasão Escolar: ANÁLISE E PROPOSIÇÃO. Educação: Teoria e Prática, v. 28, n. 57, p. 23-40, 2 maio 2018.
SABINO, M. G.; MENEZES, A. Expectativas escolares e evasão de alunos da EJA no contexto de implementação da Hidrelétrica BELO MONTE, ALTAMIRA/PA. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 3, n. 4, p. p. 67-90, 30 jun. 2018

FARIA, D. S. A.; MOURA, D. H. Desistência e Permanência de estudantes de Ensino Médio Do PROEJA. **HOLOS**, v. 4, p. 151–165, 2015.

OLIVEIRA, Jobson. ALCANTARA Marcos. Gestão Escolar na Educação de Jovens e Adultos: INTERFACES DA RELAÇÃO EVASÃO/PERMANÊNCIA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ARARUNA/PB Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 07, p. 1259-1283, jan./dez., 2020

RABELO, E. G.; TOMÉ, C. L. Casos e acasos - por que eles e elas persistem? um estudo de caso na educação de jovens e adultos. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 1, n. 1, p. 29–37, 2015.

SILVA, V. R. B.; ALENCAR, M. F. dos S. O trabalho como fator da evasão e do retorno à EJA: uma análise de uma turma da Educação de Jovens e Adultos de Caruaru-PE. *Diversitas Journal*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1606–1619, 2021.

CAMPOS, Elizete. **PIRES**, Luciene. Do direito a negação: os desafios do acesso e permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos. *Revista matemática, ensino e cultura*. Universidade Federal do Pará. Fluxo contínuo, p.01-15, ano 15.

SILVIA L. Jaqueline. **BONAMINO C.M.** Alicia. **RIBEIRO M** Vera. **Escolas eficazes na educação de jovens e adultos: estudo de casos na rede municipal do Rio de Janeiro.** *Educação em Revista* 2012, vol.28, n.02, p.367-392.

CARVALHO, Julita. PINTO, Janille, JÚNIOR, Adenilson. Do direito a negação: os desafios do acesso e permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos. *Revista NUPEM*, Universidade Estadual do Paraná. V. 15, n. 34, p. 141-157, jan/ abril. 2023.

OLIVEIRA, Jobson. ALCANTARA Marcos. Gestão Escolar na Educação de Jovens e Adultos: INTERFACES DA RELAÇÃO EVASÃO/PERMANÊNCIA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ARARUNA/PB *Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 07, p. 1259-1283, jan./dez., 2020.

GEGLIO, P. C.; ROSA, A. C.; DIAS, V. G. As causas da evasão de alunos de um programa de Educação de Jovens e Adultos. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 53–64, 2012.

SILVA, M. J. D. da. AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará – PA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 2, n. 6, p. 367–378, 2017.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001

BRASIL. CNE. Parecer n. 11 de 10 de Maio de 2000. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Relator: Carlos Roberto Jamil Cury. Brasília, 2000.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3v.

PINHEIRO, Salomé Maria da Silva. **O perfil do aluno da EJA na atualidade.** VII Congresso Nacional de Educação, Maceió – AL, 2020.

ANEXOS

Anexo 1 - Protocolo de Revisão Integrativa baseado em Evans e Pearson (2001)

Avaliador (a)						
Status do artigo	<input type="checkbox"/> Selecionado			<input type="checkbox"/> Descartado		
Identificação do artigo						
Título do artigo						
Título do periódico						
Área do periódico						
País do periódico						
	<input type="checkbox"/> 2012	<input type="checkbox"/> 2013	<input type="checkbox"/> 2014	<input type="checkbox"/> 2015	<input type="checkbox"/> 2016	<input type="checkbox"/> 2017
Ano da publicação	<input type="checkbox"/> 2018	<input type="checkbox"/> 2019	<input type="checkbox"/> 2020	<input type="checkbox"/> 2021	<input type="checkbox"/> 2022	<input type="checkbox"/> 2023
Autores						
Referência do artigo (formato ABNT)						
Metodologia						
Abordagem do estudo:	<input type="checkbox"/> Qualitativos Descrever o método:		<input type="checkbox"/> Quantitativos Descrever o Método:		Teóricos <input type="checkbox"/> Ensaio <input type="checkbox"/> Relato de Experiência <input type="checkbox"/> Revisão da Literatura	
Objetivo da pesquisa:						
Fatores associados a evasão escolar na EJA (principais resultados):						
Caso o estudo seja excluído da amostra final, JUSTIFIQUE:						